



Parceria sobre a Concessão do Apoio Geral ao Orçamento

REUNIÃO DE PLANIFICAÇÃO DE 2015 AIDE-MÉMOIRE

Maputo, 10 de Fevereiro de 2016

LISTA DE ACRÓNIMOS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
AM	Aide Mémoire
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CGE	Conta Geral do Estado
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
FMI	Fundo Monetário Internacional
GdM	Governo de Moçambique
GT	Grupo(s) de Trabalho
IGF	Inspecção Geral de Finanças
MdE	Memorando de Entendimento
INTIC	Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MAEFP	Ministério de Administração Estatal e Função Pública
OCI's	Órgãos de Controlo Interno
ODAMOZ	Base de Dados sobre a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento em Moç.
OE	Orçamento do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PES	Plano Económico e Social
PGR	Procuradoria Geral da República
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
RA	Revisão Anual
REO	Relatório de Execução do Orçamento do Estado
RP	Reunião de Planificação
TdR	Termos de Referência
TA	Tribunal Administrativo

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO E CONTEXTO	3
II.	CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	4
III.	PROGRESSOS EM RELAÇÃO AS PRIORIDADES DO GOVERNO E DOS PARCEIROS DO APOIO GERAL AO ORÇAMENTO.....	5
	GOVERNO	5
	PARCEIROS DO AGO	7
	CONJUNTAS.....	8
IV.	INSTRUMENTOS DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DO GOVERNO PARA 2016.....	9
V.	QUADRO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	10
	QAD do Governo.....	10
	QAD dos Parceiros.....	11
VI.	INDICADORES DO QAD DO GOVERNO E DOS PARCEIROS DO AGO PARA 2016	11
VII.	ESTUDOS ANALÍTICOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONJUNTA	11
VIII.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
IX.	LISTA DE ANEXOS.....	13

I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. O Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Geral ao Orçamento (Parceiros do AGO)¹ reuniram-se, no dia 12 de Fevereiro de 2016, para concluir o processo da Reunião de Planificação (RP), no âmbito do qual foram adoptados os Quadros de Avaliação do Desempenho (QAD) para 2016 e o presente Aide-Mémoire.
2. De acordo com os respectivos Termos de Referência, o processo da RP 2015 focalizou-se sobre: (i) os instrumentos de Planificação e Orçamentação para 2016 (Plano Económico e Social, Orçamento do Estado e Mapa Fiscal para 2016); (ii) a definição do QAD pós 2015; (iii) a definição de indicadores, metas, medidas e acções de políticas para o QAD de 2016, bem como metas indicativas para 2017 e 2018 e definição das respectivas Notas técnicas. A definição de um novo QAD visava aprimorar o foco estratégico e a qualidade do mesmo, nos termos do novo Memorando de Entendimento sobre a Concessão do Apoio Geral ao Orçamento assinado a 21 de Setembro de 2015 entre o GdM e os 14 Parceiros de Cooperação, doravante designado por Memorando de Entendimento (MdE).
3. O processo da RP envolveu quatro (4) Grupos de Trabalho (GT) das áreas prioritárias do QAD nomeadamente: Sistemas Nacionais, Crescimento Inclusivo, Governação e Prestação de Contas e Eficácia na Prestação de Serviço, incluindo as respectivas subáreas) constituídos por representantes do GdM e Parceiros do AGO.
4. Relativamente aos indicadores e metas do QAD em vigor (2015) e sobre as prioridades do GdM definidas na Revisão Anual de 2015, foi feita uma análise com base nos documentos de monitoria (Balanço do Plano Económico e Social do primeiro semestre de 2015 – BdPES e Relatório de Execução do Orçamento do Estado do terceiro trimestre de 2015 – REO) e outros instrumentos disponibilizados pelos sectores.
5. A Reunião de Planificação de 2015, iniciada a 16 de Outubro de 2015, foi prorrogada até ao início de 2016. O principal motivo foi a necessidade de assegurar que a nova conjuntura económica, que alterou os pressupostos macroeconómicos e os agregados fiscais, ficasse bem reflectida no OE que viria a ser aprovado pela Assembleia da República. O processo de revisão resultou na disponibilização tardia da Proposta do PES e Orçamento do Estado de 2016 revisto, no dia 11 de Dezembro de 2015. Ao nível dos GT das áreas prioritárias do AGO, houve ainda uma sobrecarga adicional de trabalho na medida em que foi necessário finalizar alguns aspectos dos QADs do Governo e dos Parceiros do Apoio Geral ao Orçamento nos termos do Memorando de Entendimento, não obstante parte substancial do novo QAD do Governo ter sido finalizado antes da Reunião de Planificação. A necessidade de prorrogar a conclusão

¹ *Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e União Europeia.*

da RP foi aceite por ambas as partes a título excepcional, devendo os prazos estabelecidos no novo MdE ser respeitados no futuro.

6. Durante o processo da Reunião da Planificação, uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou o País de 14 a 28 de Outubro, com o objectivo de (i) conduzir as discussões com vista a conclusão da quinta avaliação do programa de Apoio a Políticas Económicas (PSI – *Policy Support Instrument*), nos termos do Artigo IV dos Estatutos do FMI; e (ii) alcançar entendimentos sobre o novo programa no quadro da facilidade de crédito (SCF – *Standby Credit Facility*).
7. No decurso da RP, realizou-se a reunião de Diálogo de Alto Nível tendo sido objecto de debate os seguintes assuntos: (i) Situação Política, nomeadamente perspectivas de diálogo e situação das províncias do Centro e Norte (ii) Governação Económica, designadamente transparência fiscal, combate a corrupção e prioridades para o futuro, e; (iii) Fórum de Diálogo sobre a Eficácia da Ajuda, na sequência da proposta apresentada em Julho de 2015.
8. O presente Aide-Mémoire inclui os seguintes Anexos: (i) QAD do GdM para 2016; (ii) QAD dos Parceiros do AGO para 2016; (iii) Relatório das quatro áreas prioritárias do AGO, com ênfase nos indicadores e metas do QAD para 2016; (iv) Relatório dos Parceiros do AGO sobre a análise da coerência e da sustentabilidade dos instrumentos de planificação e orçamentação do GdM; e (v) TdR da Reunião de Planificação de 2015.

II. CONTEXTO MACROECONÓMICO

9. O contexto macroeconómico de 2015 em Moçambique foi marcado por uma modesta desaceleração do crescimento económico. De acordo com as estimativas do INE, a taxa de crescimento em termos acumulados até ao terceiro trimestre foi de 6,1% o que representa uma desaceleração de 1,9 pontos percentuais quando comparado com o período homólogo de 2014.
10. De entre os factores que contribuíram para a desaceleração do crescimento destacam-se: (i) as cheias registadas no início do ano que levaram ao corte da Estrada Nacional nº 1 em Mocuba, condicionando a circulação de pessoas e bens, e afectando os sectores de comércio e transportes; (ii) a tendência de queda dos preços internacionais do carvão que, motivou o reajuste em baixa dos planos de produção e exportação das empresas mineradoras, afectando desta feita o desempenho do sector mineiro em comparação com igual período de 2014.
11. De igual modo, a Reunião de Planificação constatou que factores externos e internos contribuíram para agravar o défice da conta corrente e determinaram uma forte depreciação do metical. Por um lado os fluxos de capital para Moçambique reduziram dada a: (i) diminuição do volume de exportações (carvão e gás natural) (ii) a desaceleração do influxo do Investimento Directo Estrangeiro e (iii) a redução dos fluxos da ajuda externa. Por outro lado, a necessidade de fundos em moeda externa por parte de Moçambique

continuou elevada, devido ao aumento da factura com os bens importados (trigo e arroz) e à necessidade de fazer face ao serviço da dívida. Esta situação sublinhou a importância do país reforçar os sistemas de gestão do Orçamento e em particular os de monitoria da dívida pública, e dos riscos fiscais associados, que podem tornar-se uma fonte de vulnerabilidade quando a economia tem de fazer face aos choques externos.

12. À excepção do mês de Dezembro, a inflação registou um comportamento estável ao longo de 2015, tendo-se situado em cerca de 3.55% em termos médios anuais, e 10.55% em termos acumulados.
13. Apesar de não haver ainda dados definitivos sobre o desempenho registado até ao final de 2015, o Governo perspectiva que a economia cresça em cerca de 7,0%. Contudo, em 2016, alguns factores de risco, entre os quais a depreciação do Metical face ao dólar americano e a seca poderão afectar o ritmo de crescimento previsto.
14. A missão do FMI que esteve no país em Outubro constatou que em 2015 a actividade económica manteve-se sólida prevendo um crescimento de 6,3% e uma ligeira aceleração para 6,5%, em 2016. Não obstante, identificou desafios no curto prazo devidos a choques externos e a uma política fiscal expansionista em 2014, que determinaram a adopção de um pacote de medidas correctivas em termos de política fiscal, monetária e cambial. Tendo por base este cenário o FMI aprovou também em Dezembro de 2015, por solicitação do Governo, a concessão de um *Standby Credit Facility* no valor de 286 milhões de dólares, que irá aliviar o défice da conta corrente. O Programa com o FMI continuará a focalizar sobre as reformas estruturais necessárias na área de gestão da dívida pública, transparência fiscal, entre outras.

III. PROGRESSOS EM RELAÇÃO AS PRIORIDADES DO GOVERNO E DOS PARCEIROS DO APOIO GERAL AO ORÇAMENTO

15. Durante a Revisão Anual 2015, foram identificadas prioridades em várias áreas. No presente documento é reportado o progresso alcançado até ao final da Reunião de Planificação.

GOVERNO

Continuar com a implementação do Plano de Acção de Transparência Fiscal, incluindo: (i) a identificação de reformas legais e estruturais na base da Avaliação da Transparência Fiscal do FMI; (ii) a identificação de medidas na base da avaliação do risco fiscal da Empresa Ematum, bem como a publicação da auditoria de 2014, até Junho de 2015

16. Relativamente às acções a implementar até ao final de 2015, registam-se os seguintes progressos:

- ***Criação de uma Unidade de Risco Fiscal no Ministério da Economia e Finanças - acção realizada***: o Decreto que cria o MEF incorpora um Departamento de Análise Financeira da Direcção

Nacional de Estudos Económicos e Financeiros cuja responsabilidade é lidar com todas as questões de risco fiscal;

- **Identificação de reformas legais e estruturais na base da Avaliação da Transparência Fiscal do FMI – acção em curso**: o Governo está ciente da necessidade de fazer o seguimento das recomendações da Avaliação da Transparência Fiscal. No entanto considera importante convergir num único documento de reformas na área da gestão das finanças públicas, os resultados de outros estudos realizadas, tais como, PEFA 2015 e de Gestão das Finanças Públicas. Neste sentido, aguarda os contributos da Missão do PEFA a ter lugar em Fevereiro para avançar nesta tarefa.
 - **Identificação de medidas na base da avaliação do risco fiscal da Empresa Ematum – acção em curso**: O Governo assumiu com o FMI o compromisso de adoptar um plano de acção que visa melhorar a sua rentabilidade até Abril de 2016 a fim de reduzir o risco que esta representa para o Orçamento do Estado.
 - **Publicação da auditoria de 2014, à Empresa Ematum até Junho de 2015 – acção realizada**: publicado em Maio de 2015 e está no Website da empresa.
 - **Reforçar a monitoria e a fiscalização das Empresas maioritariamente participadas pelo Estado: acção em curso** o Governo operacionalizou um sistema informático para monitorar as participações do Estado. O Conselho de Ministros (CdM) orientou o MEF a aprimorar a proposta de Lei sobre o Sector Empresarial do Estado. Espera-se que a mesma seja novamente submetida ao CdM até Março de 2016.
17. A Reunião de Planificação notou que foram feitos esforços no contexto da transparência fiscal (que não constam no plano de acção) de que se salienta a iniciativa do Governo de elaborar em 2015, pela primeira vez, uma declaração inicial de riscos fiscais com a assistência do FMI, publicada na página web do MEF em Dezembro. Este documento será aperfeiçoado ao longo dos próximos anos no sentido de alargar a sua cobertura, reforçar a qualidade da análise e incluir as medidas previstas para mitigar ou minimizar o impacto dos riscos fiscais.
18. Durante 2016 será dada continuidade às acções não implementadas até ao final de 2015, bem como à sua monitoria conjunta.
19. O QAD para 2016 já inclui, na área 1, indicadores de medidas e resultados para 2016 que constituem compromissos do Governo para dar resposta aos principais desafios em termos de transparência e risco fiscal, nomeadamente em matéria de gestão do investimento público, gestão das empresas participadas pelo Estado e risco fiscal. No entanto, será importante que o desenvolvimento destas medidas seja feito de forma estratégica, tendo por base um plano de reformas a médio prazo para a área da gestão das finanças públicas, que o Governo considere prioritárias face as recomendações dos vários diagnósticos realizados. Os Parceiros estão dispostos a apoiar a elaboração e a implementação deste plano, o qual deve ser concluído até ao final da Revisão Anual.

Continuar com a Implementação efectiva do Pacote Anticorrupção, com particular destaque para:
(i) Operacionalização do Fórum do Diálogo Técnico em matéria de combate a corrupção; e,
(ii) Aplicação da Lei de Probidade Pública, incluindo a Declaração do Património

20. Elaborados e aprovados pelo Comité de Direcção em Dezembro último, os Termos de Referência do Diálogo Técnico Anti-corrupção, o que é considerado um passo essencial à operacionalização deste Diálogo, cuja primeira reunião deverá realizar-se em Março, devendo começar desde já a ser preparada.
21. Realizado em Maputo nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2015, o Seminário e 1ª Capacitação em matéria de declaração de Património, com o objectivo de avaliar o processo de Declaração de Bens. O seminário contou com a participação dos membros das Comissões de Verificação da PGR e outros órgãos do Estado, Responsáveis pela Fiscalização. Os Parceiros de Cooperação, MAEFP, Representantes da AR, entre outros, foram convidados para a primeira sessão relativa ao número de Declarações depositadas e ao conteúdo da lei.
22. Os Parceiros do AGO salientam que por falta de evidências, não lhes é possível aferir progressos na implementação do pacote Anticorrupção. Durante a próxima Revisão Anual sugerem que seja feito o balanço da implementação do pacote legislativo anticorrupção.

PARCEIROS DO AGO

Aprimorar a previsibilidade dos compromissos e desembolsos do AGO

23. Os Parceiros têm desenvolvido esforços no sentido de fornecer informação relativa aos seus compromissos atempadamente, bem como assegurar os desembolsos de acordo com o plano estabelecido. No entanto, durante 2015, ainda associado a questões relacionadas com a transparência fiscal surgidas em 2014, não foi efectuada a totalidade de desembolsos para o AGO, conforme previsto. Por outro lado, por diversas razões, alguns Parceiros apenas assumiram um compromisso indicativo para 2016.
24. De acordo com o MdE assinado a 21 de Setembro de 2015, os Parceiros asseguram o compromisso e previsibilidade de desembolso para o AGO, excluindo-se do âmbito, a modalidade de Fundos Comuns, uma vez que estes têm os seus próprios MdE que incluem provisões específicas.

PRIORIDADES CONJUNTAS

Definir os QADs pós-2015 (do Governo e dos Parceiros)

25. Ao abrigo do MdE, o Governo e os Parceiros concordaram na necessidade da concepção e adopção de novos Quadro de Avaliação do Desempenho (QADs) para o período pós-2015, focalizados nos objectivos e escopo da Parceria.
26. Nesta perspectiva, enquanto instrumento de monitoria do AGO, o novo QAD do Governo (2016 – 2018) orienta o diálogo para 4 áreas estratégicas: i) Sistemas Nacionais; ii) Crescimento Inclusivo; iii) Governança e Prestação de Contas; e iv) Eficácia na Prestação de Serviços. Para cada uma das 4 áreas prioritárias foi identificado um número reduzido de subáreas.
27. O novo QAD introduziu uma estrutura com dois níveis, o primeiro contém indicadores de resultado/produto e o segundo acções prioritárias. Cada subárea contém dois níveis, o primeiro apresenta indicadores de resultado ou de produto para medir os progressos relacionados com os objectivos (alguns a serem medidos em intervalos de tempo mais longos); e o segundo medidas/acções prioritárias para se alcançar os objectivos do primeiro nível.
28. A última reunião do Comité de Direcção realizada no dia 17 de Dezembro de 2015, aprovou a revisão do calendário da RP, estabelecendo o término do processo para 12 de Fevereiro (Reunião de Encerramento).
29. Contudo, tendo em conta que algumas notas técnicas deste QAD estão ainda por finalizar e que é necessário fazer uma verificação de qualidade às mesmas, o GdM e os Parceiros do AGO comprometem-se a finalizar este documento até ao final de Março de 2016. Ao longo deste período, deverá ser finalizado o guião com orientações para a utilização do QAD.
30. Em relação ao QAD dos Parceiros do AGO, em linha com a Nota de Princípios previamente harmonizada pelas partes, o novo instrumento comporta um número reduzido de indicadores (7), explicitamente vinculados à modalidade do Apoio Geral ao Orçamento, cujas notas técnicas estão já concordadas.

Concluir a Revisão do Memorando de Entendimento

31. No culminar de um processo negocial lançado em 2013, o Governo da República de Moçambique e 14 Parceiros de Cooperação Internacional, rubricaram a 21 de Setembro de 2015, o Memorando de Entendimento que irá reger a concessão do Apoio Geral ao Orçamento do Estado no período 2015 – 2020.
32. O novo MdE, mais conciso, simplificando os processos e estruturas, deu um foco mais estratégico a este instrumento, restringindo-o especificamente à modalidade do Apoio Geral ao Orçamento e a sua implementação auxiliada pelo Manual de Procedimentos da Parceria do AGO, que lhe é anexo.

33. No contexto da Revisão do Memorando de Entendimento, e como contrapartida à simplificação e maior enfoque deste instrumento, os Parceiros do AGO apresentaram em Junho de 2015 uma proposta para o estabelecimento de um Fórum de Diálogo sobre a Eficácia da Ajuda, aguardando-se resposta. Esta proposta visava o estabelecimento de uma estrutura inclusiva de diálogo, alinhamento, coordenação, monitoria e avaliação, relativamente a globalidade da AOD no país, no quadro dos compromissos assumidos sobre a eficácia da ajuda. Os parceiros consideram este fórum de extrema importância, de modo a permitir um diálogo abrangente entre o Governo e todos os seus parceiros de desenvolvimento, sobre as suas políticas de cooperação, e que o Governo tenha um fórum único para a coordenação da ajuda externa e a monitoria da sua eficácia. Sem um fórum desta natureza, os custos de transacção para ambos os lados tenderão a subir.

Aprimorar o funcionamento e o uso (regularidade e qualidade da informação) da base de Dados ODAMOZ.

34. No quadro da Base de Dados ODAMOZ, em 2015 foi efectuada a actualização da informação financeira do último trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2015. Todavia, desde Abril de 2015 a ODAMOZ não está aberta para actualização de dados, o que impossibilitou a actualização dos dados referentes aos compromissos dos parceiros para 2016, assim como a restante informação referente a 2015.
35. Neste contexto, o Governo receberá assistência técnica do Banco Mundial para apoiar na melhoria da capacidade de captar, gerir, divulgar e utilizar os dados da ajuda externa. A assistência técnica irá ainda contribuir para melhorar a funcionalidade da base de dados de monitoria da ajuda e elevar a capacidade de análise conjunta dos dados do orçamento por forma a permitir uma melhor alocação e uso de recursos para o desenvolvimento.

IV. INSTRUMENTOS DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DO GOVERNO PARA 2016

36. Realizou-se no dia 28 de Janeiro de 2016, a Reunião do Grupo de Diálogo do AGO, fórum de discussão entre o GdM e os Parceiros do AGO sobre questões técnicas e estratégicas sobre o AGO, no âmbito da planificação e da avaliação dos QADs. No encontro foram abordados os seguintes assuntos: (i) PES e OE para 2016; (ii) Análise dos Parceiros do AGO sobre a coerência e a sustentabilidade dos instrumentos de Planificação e Orçamentação do GdM; e (iii) QAD do GdM e dos Parceiros do AGO para 2016.
37. Em termos de Linhas Gerais da Política Orçamental para 2016, os pressupostos macroeconómicos usados para 2016 foram a taxa de Crescimento Real do PIB de 7,0% sustentado pelos sectores da Agricultura, Indústria Extractiva, Indústria Transformadora, Electricidade, Comércio e Reparação e Transportes e Comunicação, e a taxa de Inflação de 5,6%. O Governo informou que diante da possível revisão em baixa das perspectivas de crescimento, reajustou a despesa em linha com o esforço de consolidação fiscal já iniciado em 2015, sem contudo afectar as dotações aos sectores prioritários. De entre as medidas arroladas destaca-se uma maior disciplina orçamental com enfoque para as despesas correntes.

38. Durante a Reunião do Grupo de Diálogo do AGO, os Parceiros apresentaram linhas gerais da sua análise sobre a coerência e sustentabilidade dos instrumentos de Planificação e Orçamentação do Governo para 2016, cujo relatório final se anexa ao presente Aide-Mémoire.
39. A apresentação centrou-se na interligação e coerência dos documentos de planificação e nos aspectos relacionados com a sustentabilidade do Orçamento do Estado para 2016, tendo sido destacada positivamente a continuidade do processo de consolidação fiscal iniciado em 2015.
40. Para além das questões colocadas pelos Parceiros e que tiveram resposta do Governo durante o debate, emergiram algumas questões que merecem melhoria, de entre as quais destacam-se as seguintes:
- Importância de assegurar clara ligação entre os diferentes instrumentos de curto-prazo bem como com os planos de médio e longo prazo;
 - Garantir a disponibilidade de instrumentos de Médio Prazo actualizados (Cenário Fiscal de Médio Prazo, Plano Integrado de Investimentos e Plano de Endividamento interno e externo);
 - Necessidade do documento de fundamentação do Orçamento do Estado conter uma amostra mais representativa do total do investimento.

V. QUADRO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

41. Tendo em conta que a conclusão do processo da RP de 2015 só veio efectivamente a ocorrer em 2016, não sobra margem para que do mesmo possa resultar alguma orientação para o cumprimento de indicadores do QAD de 2015. Assim, este capítulo no presente Aide-Mémoire limita-se a listar os indicadores que correm o risco de não serem cumpridos sem acrescentar qualquer consideração sobre os mesmos.

METAS DO QAD DO GOVERNO E DOS PARCEIROS QUE CORREM RISCO DE NÃO SEREM ATINGIDAS EM 2015

QAD do Governo

42. No que diz respeito às metas para 2015 constantes no QAD do Governo, a RP 2015 notou que do total de 33 indicadores, 7 indicadores (14, 23, 25, 28, 29, 31 e 34) poderão não alcançar as respectivas metas. Outros 9 indicadores (4, 7, 18, 19, 26, 30, 33, e 36) carecem de informação. Será importante que até ao início da RA sejam ultrapassados eventuais constrangimentos em termos de qualidade e disponibilidade dos dados necessários para a avaliação dos indicadores.

QAD dos Parceiros

43. Tendo por base os dados da Revisão Anual de 2014 é possível estimar i) uma tendência de não cumprimento com progresso nos indicadores 1, 2, 5, 10, 13, 15, 16, 18 e 23 e ii) uma tendência de não cumprimento das metas estabelecidas para 2015 nos indicadores 3, 4, 6, 11, 12, 14, 17, 19, 21 e 22. Uma avaliação mais exacta só será possível realizar aquando da Revisão Anual de 2016.

VI. INDICADORES DO QAD DO GOVERNO E DOS PARCEIROS DO AGO PARA 2016

44. A RP acordou os indicadores do QAD do Governo e dos Parceiros do AGO para 2016, conforme os anexos I e II. No caso do QAD dos Parceiros do AGO foram também finalizadas as notas técnicas dos respectivos indicadores e medidas de acção. As notas técnicas do QAD do GdM estão por acordar/finalizar, sendo necessário fazer ainda uma verificação de qualidade das mesmas.

QAD do Governo

45. O QAD do Governo é composto por 4 Áreas Prioritárias, 16 Sub-áreas, 19 indicadores e 27 acções prioritárias, tal como consta em Anexo I.

QAD dos Parceiros do AGO

46. O QAD dos Parceiros do AGO é composto por 7 indicadores que, na sequência da revisão do MdE, versam exclusivamente sobre aspectos relevantes em matéria de Apoio Geral ao Orçamento, tal como consta em Anexo II.

VII. ESTUDOS ANALÍTICOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONJUNTA

47. Durante 2016, poderão ser realizados estudos analíticos e assistência técnica na sequência dos vários diagnósticos na área da gestão das finanças públicas e com base nos resultados da análise da pobreza a ser realizada sobre o IOF.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

48. O processo da Reunião de Planificação conseguiu alcançar os principais objectivos, não obstante ter terminado para além do período previsto, pelas razões retromencionadas. No entanto, será importante ter em conta alguns dos constrangimentos que para isso contribuíram e analisar lições aprendidas, em particular as que se identificam desde já:

- Evitar coincidência de calendários com outros eventos que exijam atenção particular por parte dos interlocutores do Governo (ex. FMI).
- Assegurar maior interacção entre as partes e cumprimento dos prazos estabelecidos. É necessário que os grupos de trabalho estejam empenhados no processo, com uma participação dos dois lados a um nível suficiente para tomada de decisão sobre as matérias

em discussão. Cabe ao GdM e aos Parceiros do AGO assegurar a coordenação dos trabalhos. Importa referir que, as matérias acompanhadas dependem em boa parte do empenho dos Ministérios sectoriais.

- Permitir uma preparação mais atempada da reunião do Grupo de Diálogo, reforçando assim a natureza prospectiva da mesma.

IX. LISTA DE ANEXOS

- Anexo I: QAD do GdM para 2016
- Anexo II: QAD dos Parceiros do AGO para 2016
- Anexo III: Relatórios das quatro áreas prioritárias do AGO, com ênfase nos indicadores e metas do QAD para 2016
- Anexo IV: Relatório dos Parceiros do AGO sobre orçamentação Análise da Coerência e da Sustentabilidade dos Instrumentos de Planificação e Orçamentação do GdM
- Anexo V: TdR da Reunião de Planificação de 2015 e respectivos anexos